Parte III: Do manifesto de janeiro de 1948 à declaração de março de 1958 e além

A Declaração de Março de 1958 na história do PCB

Frederico José Falcão

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FALCÃO, F.J. A Declaração de Março de 1958 na história do PCB. In: SENA JÚNIOR, C.Z., ed. *Capítulos de história dos comunistas no Brasil* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 215-230. ISBN: 978-85-232-1873-7. <https://doi.org/10.7476/9788523218737.0012>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A Declaração de Março de 1958 na história do PCB

Frederico José Falcão

INTRODUÇÃO

A História Política brasileira contou, desde o início da década de 1920, com a presença ativa do Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em fevereiro de 1922. Seção brasileira da Internacional Comunista (IC), extinta pelo líder soviético José Stalin em 1943, o PCB teve presença marcante em todos os mais destacados acontecimentos políticos da história do país até os nossos dias. Perseguido, reprimido, seguidamente jogado na clandestinidade, o “Partidão”, como ficou popularmente conhecido, passou por inúmeras experiências que acabaram por forjar uma militância aguerrida, que impediu, em diversos momentos, que a sua existência pudesse ter solução de continuidade.

O foco do trabalho aqui apresentado é o PCB do final dos anos de 1950 e, mais diretamente, o norte político implementado pela direção partidária nesse período e que teria grande repercussão nas décadas posteriores. Torna-se, porém, imprescindível, que sejam explicitados alguns dos elementos centrais da trajetória do Partido, principalmente após o encerramento da chamada Segunda Guerra Mundial (1939 -1945), para que fiquem mais claros as razões e objetivos dessa política pecebista.

O período posterior a 1945 é riquíssimo na História do PCB. Naquele ano, por exemplo, refletindo as mudanças ocorridas no mundo e que

repercutiam no Brasil, o Partido, que tinha permanecido na mais completa clandestinidade e sofrido uma brutal perseguição durante a ditadura de Getúlio Vargas (Estado Novo, 1937-1945), conseguiu sua legalização, tendo à sua frente, como secretário-geral, a figura emblemática de Luís Carlos Prestes, o antigo “Cavaleiro da Esperança” da mítica Coluna Prestes dos anos de 1920. A ação política do PCB, durante seu curto suspiro de legalidade, até 1947, se deu baseada em uma visão ultrarreformista que compreendia a conjuntura de derrota do fascismo e de ascensão da União Soviética como um inevitável caminho de vitória rumo ao socialismo. E, dentro de uma visão muito divulgada à época, a da União Nacional contra os “restos fascistas”, a política pecebista diluía de forma completa – e porque não dizer, lamentável – os conflitos de classe existentes no Brasil e no mundo, considerando ser viável a convivência pacífica entre trabalhadores e patrões, comunistas e capitalistas, no caminho de um “desenvolvimento brasileiro e mundial”. É importante, aqui, observar que essa política de “União Nacional” vinculava-se a uma formulação soviética do após a Segunda Guerra, sob a égide de Stalin, e que foi adotada por partidos comunistas de diferentes países capitalistas além do PCB.

Cabe aqui um rápido esclarecimento sobre como o autor desse trabalho analisa o chamado stalinismo. Esse, enquanto fruto das concepções do líder soviético, não se limitava a um conjunto de práticas ultracentralizadoras e repressivas, voltadas a garantir de forma inquestionável a construção do socialismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O “culto à personalidade”, a submissão da sociedade ao Estado, a destruição, inclusive física, dos adversários, reais ou supostos, eram sem dúvida elementos do stalinismo. Este, porém, ia bem além dessas práticas. Um conjunto de formulações políticas lhe dava uma base de sustentação, o que permite que se fale em um corpo de doutrina muitas vezes afastado do próprio marxismo. Podem-se citar como exemplos a ideia de construção do socialismo em um só país, que acabaria por evoluir para uma concepção de internacionalismo proletário, princípio marxista, transformado então em defesa intransigente da URSS e de seus interesses pelos partidos comunistas a ela vinculados. Ou ainda, no fortalecimento do Estado no caminho do socialismo, justificado pela necessidade de combate ao capitalismo e aos inimigos da revolução. Essa “nova versão” do marxismo combinava-se com a ideia de Stalin do aguçamento da luta de classes no processo de construção do socialismo. Esses dois elementos serviriam de base para a centralização política, a hipertrofia estatal com o fortalecimento do aparato burocrático e a repressão a todas as formas de dissensão em relação à “doutrina oficial”. O marxismo, colocado como ideologia

de Estado, foi cristalizado em um modelo o soviético que deveria, necessariamente, ser seguido pelos partidos revolucionários de todo o mundo. Abriam-se as portas para o determinismo economicista, para as visões da inevitabilidade da chegada ao socialismo, que rompiam com a necessidade imperiosa da ação política revolucionária no processo de construção da hegemonia operária, no quadro da derrubada do Estado burguês.¹

A política de “Ordem e Tranquilidade” desenvolvida pelo PCB durante seu curto período de legalidade, e que representou, na prática, uma rendição à ação da burguesia brasileira e à política cada vez mais antioperária e antipopular do governo de Eurico Dutra (1946-1951), não impediu que o Partido acabasse lançado de volta à clandestinidade e à perseguição por parte dos esbirros do governo e do poder burguês. Um Partido que tinha alcançado a marca de perto de 200 mil filiados, com grande influência no meio político e intelectual e uma bancada parlamentar de 14 deputados e um senador, foi levado à ilegalidade por meio de um processo claramente político e antidemocrático, sem que o PCB esboçasse qualquer reação de monta. A partir dessa nova realidade, o PCB acabaria por seguir a lógica da chamada Guerra Fria e, como consequência desta, da Conferência de Varsóvia (1947), que (re)arrumou o “Mundo Soviético” sob a égide da Teoria dos Dois Mundos.² A partir dessas premissas, formularia uma política ultraradical (ao menos, no discurso) e sectária, que acabaria por afastar o Partido, durante vários anos, de muitos de seus possíveis aliados. Essa política atingiria seu auge com a divulgação do Manifesto de Agosto de 1950, com uma análise que refletia a percepção pecebista de uma conjuntura mundial do início da Guerra da Coreia (1950-1953) e de risco de uma Terceira Guerra Mundial.

A política expressa no Manifesto de Agosto sofreria uma inflexão a partir de 1952-1953,³ mas o maior contributo para uma completa reformu-

1 É importante, também, que se afirme o stalinismo como fruto de uma época e, também, como uma construção coletiva. Ao contrário das “explicações” de Nikita Krushev em 1956, o stalinismo não foi responsabilidade única de seu maior formulador e beneficiário. Muitos dirigentes partidários conviveram acriticamente com essas teorias e práticas. Muitos galgaram posições na máquina do PCUS baseados na fidelidade absoluta ao “guia genial dos povos”, como foi chamado Stalin até a sua morte.

2 Formulação do teórico stalinista Andrei Zhdanov que defendia uma visão dicotômica na qual se defrontavam o “mundo capitalista”, liderado pelos Estados Unidos da América, e o “mundo socialista”, capitaneado pela União Soviética. Segundo essa visão, não havia escapatória para nenhuma outra opção, como, na época, buscavam os iugoslavos do marechal Tito, com a proposta de um socialismo diferente do modelo soviético. Para os stalinistas, quem não estava alinhado ao seu modelo era um traidor fascista ligado aos interesses burgueses-imperialistas do capital estadunidense.

3 As repercussões do Manifesto de Agosto no meio sindical e a “nova política” aprovada no Pleno do Comitê Nacional do PCB de março de 1953 podem ser encontradas em: FALCÃO, F. J. *Os homens do passo certo – O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)*. 1. ed. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012. p. 90.

lação da linha política do Partido só viria com a crise surgida com a divulgação do famoso “relatório secreto” de Nikita Krushev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Nele, o então secretário-geral do Partido Comunista Soviético e ex-braço direito de Stalin denunciava inúmeros crimes praticados por seu antigo “chefe”. O “relatório”, apresentado somente para alguns convidados do Congresso, acabou publicado pela imprensa burguesa e gerou uma das maiores crises do “mundo comunista”.

No Brasil, além de não abrir a discussão sobre o assunto, o PCB jamais assumiu a veracidade do “relatório”, ao contrário de vários partidos comunistas, como o italiano. O debate sobre o tema surgiu na imprensa pecebista por ação de seus jornalistas, à revelia da direção partidária, em outubro de 1956. A grande maioria dos dirigentes partidários repudiou esse processo e, sob a batuta de Prestes, ainda em quase completa clandestinidade, bloqueou a livre discussão, o que redundou na saída do Partido de Agildo Barata, dirigente histórico e um dos líderes do levante de 1935 contra o governo Getúlio Vargas, e de muitos dos militantes partidários, durante o primeiro semestre de 1957. Porém, as condições internas do PCB haviam se alterado profundamente durante os meses em que se defrontaram “abridistas” e “fechadistas” – como eram denominados aqueles que se colocavam a favor e contra o debate, respectivamente. O antigo “núcleo dirigente” do Partido, claramente vinculado ao stalinismo e, então, fragilizado pelas denúncias de Krushev ao seu líder e pelo setor da militância pecebista que denunciou práticas stalinistas da direção partidária, acabou afastado de suas funções dirigentes quando da reunião do Comitê Central em agosto de 1957. A “nova” direção, respaldada por Prestes recém-egresso da clandestinidade, iria ser responsável pela implementação de uma nova política para o PCB, que veio à luz sem passar por uma discussão congressual, mas que iria assumir o papel de programa partidário para os anos – e décadas – posteriores. Denominado de Declaração sobre a Política do PCB, esse texto viria a ser mais conhecido como a Declaração de Março de 1958. E dada a sua importância para a História do Partido a partir dessa época, aqui se buscará esmiuçar alguns de seus parâmetros mais destacados.

AS ORIGENS DA DECLARAÇÃO DE MARÇO

Em agosto de 1957, em reunião do Comitê Central do PCB, foi formalizada a expulsão de Agildo Barata do próprio Comitê e do Partido e aprovado um informe de Prestes sobre a direção do PCB no qual eram denunciados

os aspectos mais proeminentes das práticas do antigo “núcleo dirigente” stalinista: mandonismo, sectarismo etc. A partir dessa aprovação foi realizada a alteração da composição do Presidium e do Secretariado, órgãos superiores da direção partidária. Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois e Sérgio Holmos, representantes do “núcleo” desde a reorganização partidária em 1943, foram excluídos do Presidium e extinguiu-se a suplência para impedir a subida de Orlando Piotto, primeiro suplente, que não contava com a confiança da nova direção “centrista” – não vinculada aos stalinistas, nem aos “renovadores”, como foram chamados os que romperam com o PCB à época. Ascenderam ao órgão máximo da direção partidária Giocondo Dias, Mário Alves, Calil Chade e Carlos Marighella, recém-convertido a “centrista”. A habilidade, o pragmatismo e o apoio de Prestes garantiam o poder da nova maioria. O Comitê Central designou, ainda, uma comissão para preparar um documento sobre os reflexos do “culto” dentro do PCB, composta por Moisés Vinhas, Sérgio Holmos, Jover Telles, Leivas Otero e Francisco Gomes.⁴

Apesar da afirmação de Horácio Macedo⁵ de que a discussão interna do PCB não influenciava na época os “renovadores” que editavam *Novos Tempos*, revista criada por jornalistas e militantes rompidos com o Partido, não há dúvida de que pelo menos alguns dos críticos do dogmatismo pecebista mantiveram-se “antenados” com as mudanças internas ocorridas no Partido após o Pleno de agosto de 1957. Um desses era Armênio Guedes, um “abridista radical”, segundo suas palavras, que, sem sair do Partido, participava de *Novos Tempos*, “[...] para ter maior liberdade.”⁶ Quando a reunião do Comitê Central de agosto aprovou a comissão para dar sugestões para uma nova linha política do Partido, Guedes participou de uma articulação paralela, secreta, na qual estavam, além dele, Mário Alves, Jacob Gorender, Giocondo Dias e Alberto Passos Guimarães.

Como não confiávamos que essa comissão (tirada no Pleno) criasse algo de produtivo, o próprio Dias nos apareceu uma ocasião no apartamento do Alberto Passos [...] com a proposta de formação de uma comissão [...] Numa primeira reunião também esteve presente o Jorge Amado [...], mas ele só foi nessa reunião e não foi mais.⁷

4 VINHAS, M. *O partidão: a luta por um partido de massas (1922 – 1974)*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 181.

5 MACEDO, Horácio. Entrevista ao autor em nov. 1992.

6 GUEDES, Armênio. Entrevista ao autor em jan. 1993.

7 GORENDER, Jacob. entrevista ao autor em jan. 1993. Dinarco Reis, militante comunista, em suas memórias, fala de sua participação na comissão, assim como a de Orestes Timbaúba, dentre outros. (REIS, D. *A luta de classes no Brasil e o PCB*. 1. ed. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1983. p. 132.). Leôncio Bas-

Essa aparição de Jorge Amado no encontro não caracterizou sua participação na comissão. Segundo Gorender, ela explica-se talvez por sua relação de amizade com Dias. O próprio Jorge Amado afirma ter-se desligado do Partido em dezembro de 1956.⁸ Essa comissão secreta, voltada a preparar um documento de orientação política para o PCB alternativo ao Programa aprovado durante o IV Congresso do Partido em 1954, era conhecida e aprovada por Prestes, muito ligado a Dias. Prestes não participou da preparação do documento, apenas aceitou seu conteúdo.

Ele vê que a única coisa que podia ter relação com a URSS era aquele grupo, composto por pessoas diferentes, mas ainda com o objetivo de manter o Partido, sem aquela ortodoxia dos outros.⁹

As palavras de Armênio Guedes tomam mais força quando se observa um artigo escrito por Prestes na ocasião do 40º aniversário da Revolução Russa.¹⁰ Nele, o líder pecebista fez autocrítica do posicionamento do Partido, referenciando-se nas resoluções do XX Congresso do PCUS. Dentre os erros do PCB, citava a transposição mecânica do modelo russo, o dogmatismo e o sectarismo, o não reconhecimento do crescimento do capitalismo e da burguesia nacional. Não se enxergava, segundo Prestes, o crescimento das contradições desta com o imperialismo, e nem a possibilidade de união de amplas forças que sustentassem um governo de caráter democrático e nacional contra o imperialismo norte-americano, que se tornou incapaz de realizar seus objetivos pelo fortalecimento do campo socialista. No artigo, Prestes “rendia homenagem” ao Programa de 1954 ao caracterizar no Brasil um regime de latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo. Porém, em seu texto, o dirigente pecebista vislumbrava, então, uma nova situação, com a presença de setores nacionalistas no governo do então presidente da República Juscelino Kubitschek, conhecido como J. K. Como reflexo das mudanças políticas que, então, se realizavam

baum, antigo dirigente do PCB, diz ter sido também chamado, na época, por Armênio Guedes para participar de uma articulação com cerca de dez pessoas, inclusive do Comitê Central, voltadas, segundo o autor, para fazer com que o Partido “[...] entrasse nos eixos e voltasse a ser o Partido de Prestes e de Lenine, conforme disse um dos presentes”. Explica Basbaum que a reunião que fecharia um documento do grupo não se realizou, desconhecendo o motivo. Provavelmente, Basbaum foi excluído do grupo por alguma razão de natureza política. (BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos – memórias*. 1. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976. p. 246.).

8 AMADO, J. Entrevista a Antônio Roberto Espinosa. In: GOMES, A. C. (Org.). *Jorge Amado, literatura comentada* (seleção de textos históricos e críticos e exercícios). 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1981. p. 28.

9 GUEDES, Armênio. Entrevista ao autor em jan. 1993.

10 PRESTES, L. C. Sobre o 40º aniversário da Revolução de Outubro. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 9 nov. 1957.

na União Soviética e em parte do “mundo comunista”, Prestes indicava como possível e correta a resolução pacífica dos problemas brasileiros. E, ainda, demonstrando uma continuada confusão em relação aos objetivos dos comunistas, afirmava que, naquele momento, se deviam acumular forças para se conquistar “[...] o objetivo revolucionário, nossa meta final, a substituição do regime de latifundiários e grandes capitalistas por um novo regime democrático e popular”.¹¹ Indo adiante na autocrítica, dizia que o “governo nacional e democrático” ali defendido não era o “democrático de libertação nacional” proposto por ele mesmo na virada da década no já citado Manifesto de Agosto de 1950, mas um levava ao outro pela pressão de massas contra as vacilações da burguesia. Isso redundaria na luta “[...] para atrair e ganhar (a burguesia) para as posições revolucionárias da classe operária [...]”. Propunha o estudo da realidade brasileira para melhor formular-se a política pecebista. O objetivo desse estudo aparecia claramente explicitado: “Será assim que prestaremos nossa melhor homenagem aos povos soviéticos e ao grande Partido Comunista da União Soviética que os dirige.”¹²

A autocrítica de Prestes, contida nesse artigo aqui analisado, assumiu as posições defendidas à época pelos chamados “renovadores”, porém sem abrir mão dos compromissos tradicionais com as políticas formuladas, então, pelo PCUS e pelo organismo divulgador, por excelência, dessas ideias, o Kominform.¹³ Foi, em verdade, a *avant-première* da resolução do Comitê Central de março de 1958.

O texto dessa resolução, a “Declaração sobre a Política do PCB”, terminou de ser redigido pela comissão secreta em fevereiro de 1958. Teve prioridade de discussão na reunião do Comitê Central do mês seguinte, já que Prestes apresentou-o como substitutivo ao da comissão oficial e pediu precedência para ele, o que acabou sendo aceito. Após a discussão de seu conteúdo, a direção partidária aprovou o documento com votos contrários de Amazonas e Graboís, renitentes representantes do antigo “núcleo dirigente” stalinista, então em desgraça na direção pecebista.¹⁴

11 Prestes talvez tenha “esquecido”, naquele momento, que a meta final dos comunistas é a derrubada do capitalismo e a construção de uma sociedade sem classes, comunista.

12 Ibid.

13 O Kominform foi um organismo criado em 1947, reunindo os partidos comunistas da Europa, como sucedâneo da Internacional Comunista, extinta por Stalin em 1943, para coordenar as ações desses partidos sob a ótica soviética e fazer a divulgação das políticas oriundas da URSS e das “democracias populares”.

14 GORENDER, J. Entrevista. *Teoria e Debate*. São Paulo, n. 11, jul./ set. 1990. Moisés Vinhas confirma a informação, acrescentando que Sérgio Holmos e Calil Chade se abstiveram na votação. VINHAS, 1982, p. 181.). Já Dinarco Reis cita a diferença de apenas um voto na aprovação do documento. REIS, D. *A luta*

A DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958

Partindo do reconhecimento da existência de um desenvolvimento capitalista no Brasil, o que o Programa de 1954 negava, e do aguçamento do antagonismo com o imperialismo norte-americano, a Declaração de Março dizia ser necessária, para que o desenvolvimento se ampliasse, a completa independência política do país (política externa independente e proteção ao capital nacional). Para os autores da Declaração, o Estado brasileiro representava os interesses tanto dos latifundiários e de setores ligados ao imperialismo, quanto da burguesia nacional, havendo, por isso, uma disputa no interior do aparelho de Estado pela implementação de diferentes políticas que interessavam a esses grupos frequentemente em choque. O documento assinalava, ainda, uma tendência crescente à democratização e à luta nacionalista, com um número cada vez maior de parlamentares apoiando uma política nacionalista e democrática.

A Declaração via o governo de Juscelino Kubitschek como fruto das contradições do aparelho de Estado, utilizando formas nacionais e progressistas de capitalismo de Estado, mas permitindo que as empresas estatais fizessem políticas favoráveis ao imperialismo. Se, por um lado, Juscelino Kubitschek não atendia aos interesses nacionais, seu governo tinha, por outro, aspectos positivos de caráter nacionalista e democrático.

O documento apresentava uma visão ufanista da situação mundial, na qual se fortaleciam os partidos comunistas e operários pela justa aplicação do marxismo-leninismo às condições nacionais, e o socialismo avançava impetuoso, enquanto o imperialismo mergulhava em decomposição. Esse tipo de análise abria espaço, na verdade, para que se justificasse a visão defendida pelo PCUS kruschevista, e em boa parte do movimento comunista internacional, que aventava a possibilidade de um processo revolucionário de conquista do poder pelos trabalhadores sem utilização de métodos de luta violentos ou armados, o que revisava a tradição marxista. A Declaração chegava a afirmar a possibilidade dos “[...] mais variados caminhos da conquista do poder pela classe operária e as formas de construção da nova sociedade. A possibilidade de uma transição pacífica se tornou real numa série de países.”¹⁵

A Declaração apontava duas contradições fundamentais no Brasil: da nação *versus* o imperialismo e seus agentes internos, e das forças

de classes no Brasil e o PCB. 1. ed. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1983. p. 132.

15 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Declaração sobre a política do PCB. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1958.

produtivas em desenvolvimento contra as relações semifeudais na agricultura. Recuperava um tipo de análise ultrarreformista correspondente às que eram realizadas no período da legalidade pós-Estado Novo, afirmando que “[...] o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e do povo, e, por isso, a contradição proletariado x burguesia, embora existente, [...] não exige uma solução radical na atual etapa.”¹⁶ A revolução exibia então um caráter anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrático. As lutas da sociedade, sob a direção do proletariado, criariam as condições de passagem ao socialismo.

Das contradições fundamentais, a principal seria a primeira, entre nação e imperialismo estadunidense e seus agentes. Para o combate a esse imperialismo haveria que se formar uma frente única com proletariado, camponeses, pequena-burguesia urbana, burguesia nacional, latifundiários com contradições com o imperialismo estadunidense e até a burguesia ligada aos monopólios estrangeiros rivais dos norte-americanos. Defendendo a heterogeneidade da frente pelo interesse comum de todos os que dela participavam, a Declaração visualizava que esta frente única podia materializar-se no movimento nacionalista e na Frente Parlamentar Nacionalista, criada dentro do Congresso brasileiro. O documento expressava a disposição dos comunistas de tudo fazer para manter unida a frente, inclusive não condicionando a sua permanência nela à aceitação total de suas opiniões, nem de sua prévia direção, trabalhando, sim, para que as massas aceitassem a liderança do proletariado na luta.

A aliança do proletariado com a burguesia se explica pelo fato daquele sofrer menos com as explorações desta do que com a exploração imperialista e com o atraso do país. A burguesia tinha interesses contraditórios aos do proletariado, apesar de marcharem juntos. A burguesia queria todos os frutos do desenvolvimento para si, explorando as massas trabalhadoras cada vez mais. Seria, assim, uma força revolucionária inconsequente, vacilante e tendente a compromissos com o imperialismo, temente da ação das massas. Já o proletariado empunhava uma política anti-imperialista e democrática consequente e defendia seus interesses específicos, além de lutar por amplas liberdades democráticas. Isso sem isolar ou tentar romper a aliança com a burguesia na frente ampla, evitando tratar as contradições dentro da frente no mesmo nível da contradição principal. O proletariado devia, entretanto, salvaguardar sua independência ideológica,

16 Ibid.

política e orgânica dentro da frente única, mesmo não ficando claro como isso poderia se realizar.

O documento defendia a unidade da classe operária para o fortalecimento do movimento sindical, o impulsionamento do até então desorganizado movimento camponês com base em “reivindicações mais imediatas e viáveis como o salário mínimo, a baixa de arrendamento, a garantia contra os despejos, e evitando no trabalho prático, as palavras de ordem radicais que ainda não encontram condições maduras para a sua realização”.¹⁷ Sustentava-se ainda mais a importância na frente única dos setores da pequena-burguesia urbana como a intelectualidade e os estudantes. A Declaração propunha uma plataforma de “soluções positivas”¹⁸ para a frente única, a saber:

- 1) Política exterior independente e de paz;
- 2) Desenvolvimento independente e progressista da economia nacional;
- 3) Medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas com a facilitação do acesso à terra aos camponeses, particularmente junto aos grandes centros e vias de comunicação, além da entrega de títulos de propriedade aos posseiros;
- 4) Elevação do nível de vida do povo;
- 5) Consolidação e ampliação da legalidade democrática. A luta da frente única se direcionaria, segundo a Declaração, para a conquista de um governo nacionalista e democrático nos quadros do regime vigente.

O governo, apoiado nas massas, ao realizar um programa da frente única “abrirá caminho para uma nova correlação de forças, que possibilite completar as transformações revolucionárias exigidas pelo desenvolvimento econômico e social de nossa Pátria.”¹⁹ O documento frisava, ainda, o compromisso dos pecebistas com esse governo, independentemente de sua participação nele.

17 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 22 mar. 1958.

18 A referência às “soluções positivas”, tão louvada pelos analistas do documento de 1958, não era nova na história do Partido. Já no documento de Prestes de janeiro de 1948, aparecia a referência a um “programa positivo”. CARONE, E. *O PCB (1943-1964)*. 1. ed. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 86.

19 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL., 22 mar. 1958.

A Declaração expressava a possibilidade da via pacífica para a revolução anti-imperialista e antifeudal, que conviria à classe operária e à nação. Para isso, era necessária a defesa e extensão da legalidade em benefício das massas e a acumulação de reformas na estrutura econômica e nas instituições políticas, “chegando até a realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação.”²⁰

A conquista do governo nacionalista e democrático se daria pelo afastamento dos entreguistas do governo, pelas eleições ou pela resistência dos setores da frente a qualquer tentativa golpista. A possibilidade de uma solução não pacífica dependeria do emprego da violência pelos inimigos do povo, apesar de os pecebistas confiarem que, pelas circunstâncias internacionais, tal não aconteceria.

O documento criticava as restrições antidemocráticas das eleições brasileiras, defendendo o voto dos analfabetos, soldados e marinheiros, além da legalidade para o PCB. Defendia como objetivo principal para o pleito que seria realizado no segundo semestre de 1958 a eleição de membros da frente única. Para isso, os pecebistas deveriam construir grandes coalizões e aprofundar as contradições entre nacionalistas e entreguistas, apoiando os verdadeiros nacionalistas e denunciando os falsos, “[...] que procuram enganar o povo com sua demagogia eleitoreira.”²¹

Em relação às questões internas do Partido, o texto citava a necessidade de depuração das concepções sectárias e dogmáticas que se opunham às posições então aprovadas, sem o abandono dos princípios gerais do marxismo-leninismo.

A Declaração de Março, tratada em geral pelos pecebistas como “[...] momento de inflexão, de ruptura qualitativa, [...] um marco na luta para libertar o pensamento político dos comunistas brasileiros das malhas do sectarismo e do dogmatismo [...]”²² não foi muito mais do que a sistematização do conjunto de posicionamentos desenvolvidos pelos “renovadores” no debate na imprensa pecebista e nas páginas da revista *Novos Tempos*. Tomando-se por base o documento de Agildo Barata, “Pela Renovação e Fortalecimento do Partido”, dado à luz durante o curto período de debates no PCB acerca da crise no movimento comunista internacional, acrescido de alguns complementos apontados em artigos da revista, pode-se notar a Declaração quase como uma cópia daqueles, a explicação do

20 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL., 22 mar. 1958.

21 Ibid.

22 VINHAS, 1982, p. 181.

fato pode ser variada. Fruto da participação do “abridista” Armênio Guedes na comissão que a concebeu, ou da absorção, por parte da nova direção? Talvez tudo isso e mais algo. Porém, o importante é discutir os aspectos políticos mais destacados incluídos na Declaração.

Além de conter a diretriz estratégica da revolução democrático-burguesa, o documento mantinha a visão do Programa de 1954 de centrar fogo especificamente no imperialismo estadunidense, conforme afirmado anteriormente. Nesse sentido, em seu furor conciliatório, incluiu na frente única até setores ligados a outros monopólios imperialistas. Além dessa análise de base staliniana²³, geradora de ilusões e erros, chegava-se a supor a possibilidade da construção de uma frente de tal extensão, que sobriaria do outro lado, como afirma a própria Declaração, uma minoria verdadeiramente ínfima. A contradição aflorava aí – ou os pecebistas e a classe operária diluiriam seus interesses em uma frente tão ampla, o que o documento dizia não aceitar, ou esta frente não se construiria. Os interesses dos monopólios europeus ou canadenses, por exemplo, estavam em choque muito maior com os da classe operária do que com os dos Estados Unidos. E isso era, em geral, verdade, também, para os interesses da burguesia nacional. A independência político-ideológica da classe operária na frente única não se faria só com a proclamação de sua importância. Essa declaração de intenções do documento chocava-se com um texto no qual a questão classista ficava completamente diluída. Como manter independência ideológica com um programa que remetia o socialismo para as calendas e propunha evitar as contradições de classe dentro da frente única? O documento falava em marchar juntos para atingir um objetivo comum. Só que esse objetivo jamais poderia se materializar em uma sociedade de classes. O proletariado perdia, nessa “frente única”, toda sua independência, absorvendo uma ilusão, passada pela sua “vanguarda” (o PCB), de que a conquista de um programa nacionalista-burguês seria a resolução de muitos de seus problemas. E que seus verdadeiros inimigos de classe – as burguesias nacional ou estrangeira, seriam seus aliados na “frente” e nos objetivos a serem conquistados. O resultado funesto desse conjunto de ilusões que impregnaram a classe operária brasileira apareceu alguns anos depois. A burguesia nacional, os “diferentes imperialismos”, o latifúndio,

23 Pouco antes de sua morte, Stalin formulara uma “teoria” sobre as contradições, nos anos de 1950, entre o imperialismo estadunidense em expansão e os interesses dos imperialismos europeus, o que levaria a um conflito entre ambos, auxiliando a ascensão do socialismo. Essa aposta, como logo se viu, revelou-se incorreta, tanto quanto as políticas dela derivadas. A prioridade absoluta do PCB no combate ao imperialismo estadunidense, excluindo explicitamente os demais (que, inclusive, tinham atuação ativa e deletéria para os interesses populares no Brasil) é consequência dessa formulação de Stalin.

todos montaram uma “frente única” contra os interesses dos trabalhadores durante o golpe empresarial-militar de abril de 1964.

Uma outra questão diz respeito ao campo: se o documento reconhecia o atraso da organização e das lutas camponesas naquela conjuntura, acabava propondo reivindicações “imediatas e viáveis”, evitando palavras de ordem “mais radicais”. Não levava em consideração que a falta de uma pregação de conteúdo mais avançado era, também, causa do atraso do movimento camponês. Além disso, a reforma agrária não aparecia nas “reivindicações viáveis”, e, mesmo quando a Declaração falava dela, na plataforma da frente, isto se dava de forma genérica (“entrega de títulos de propriedade”) sem tocar nas formas cooperativas e nem nos financiamentos dessas novas propriedades, quanto mais em questões como a nacionalização da terra. E mais, “facilitar o acesso à terra [...] junto aos centros urbanos e vias de comunicação”²⁴ era não enfrentar o problema do latifúndio, evitando o problema central da questão agrária no Brasil, lembrando muito a proposta pecebista sobre o assunto na Constituinte de 1946, no tempo da “Ordem e Tranquilidade”. Na verdade, dentro do conjunto de ilusões a serem passadas como “proposições positivas” para os trabalhadores, a possibilidade de, na “frente única”, participarem lado a lado latifundiários e trabalhadores do campo, como propõe a Declaração, é, talvez, o ápice, no documento, do reformismo e do abandono de princípios do marxismo como o da luta de classes. Quem sabe não foi por isso que, como uma autocrítica não explicitada, a proposta de participação dos latifundiários na “frente” desapareceu misteriosamente do projeto de tese para o V Congresso do PCB que a direção partidária apresentou em 1960, projeto esse que era, praticamente, uma cópia da Declaração de 1958.

Por fim, o “caminho pacífico”, já antes sustentado por diversos renovadores, partia de uma visão ufanista da conjuntura mundial lançada por Krushev, conforme já tratado anteriormente. É, porém, mais importante discutir aqui uma questão não comentada até hoje pelos diferentes analistas do documento pecebista. A Declaração deixava clara sua opção pela via pacífica para a revolução anti-imperialista e antifeudal. E mesmo ao defender a resolução pacífica dos problemas brasileiros até a “resolução completa das transformações radicais da nação”, em momento algum se falava na passagem pacífica para o socialismo. Esquecimento? Tudo indica que não. A própria resolução política aprovada no V Congresso em 1960 repetiria a mesma formulação, sem nenhuma referência ao socialismo,

24 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 22 mar. 1958.

mas apontando novamente a solução pacífica para a revolução agrária e anti-imperialista. A explicação do fato talvez estivesse na luta interna, na dificuldade de passar essa visão para a militância ou, até, na despreocupação de analisar algo “tão distante” como a revolução socialista, para a qual o Partido não se voltava naquele momento. O interessante é que vários dos historiadores do pecebismo passam por essa questão como se fosse líquida e certa a definição da passagem pacífica também na “etapa” socialista. O que explica tal posicionamento? Uma opção política pessoal de cada um desses analistas, que valorizaram essa opção pacífica para todo o processo que leva ao socialismo? Isso, sem dúvida, só cabe a eles próprios responder.

OS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS IMEDIATOS DA DECLARAÇÃO DE MARÇO NO PCB

A reunião do Comitê Central de março de 1958 aprovou, além da Declaração, um documento de Prestes²⁵ no qual este buscava sistematizar as novas posições partidárias. Nele, Prestes repetiu, basicamente, o que já tinha publicado em novembro de 1957 e as posições da Declaração de Março. Aprofundou, porém, a revisão da política pecebista ao afirmar, ao contrário do que aparecia na Declaração, que o Estado brasileiro não era de latifundiários e grandes capitalistas a serviço do imperialismo estadunidense, mas um Estado – e não mais só o governo – com a participação da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional. Disse ainda que, em seu artigo sobre o 40º aniversário da Revolução Russa, persistia a separação mecânica entre tática e objetivos estratégicos. Advertiu, porém, para o risco de ao se ligar ao processo político em curso no país, o Partido perdesse de vista a meta revolucionária da classe operária – meta que, como foi analisado no artigo de Prestes acerca da Revolução Russa, era a revolução anti-imperialista e antifeudal. Isso poderia redundar, segundo o líder pecebista, em reformismo e reboquismo frente à burguesia. E, como para “salvar a pele” diante de tantos erros existentes nos últimos documentos pecebistas, Prestes citou alguns êxitos do Partido, inclusive a tática correta de apoio à eleição de Juscelino Kubitschek, contrária à linha geral do Programa de 1954. A emenda ficou pior que o soneto: o que era uma tática correta de uma linha geral estrategicamente

25 PRESTES, L. C. É indispensável a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1958.

errada? Na verdade, continuava explícita a incompreensão dos conceitos e, certamente, também, das razões políticas dos erros cometidos.

A autocrítica assumiu em seu final, um tom entre o retumbante e o patético: “Não temos nenhum motivo para renegar o passado, passado glorioso de lutas a serviço da classe operária e do povo brasileiro.”²⁶

Aproveitando-se da revogação da ordem de prisão existente contra Prestes e outros dirigentes partidários, estes puderam, ainda em 1958, vir mais facilmente à luz do dia defender suas posições. Luís Carlos Prestes, por exemplo, deu uma entrevista à imprensa na época em que o Partido aprovava a Declaração, em março de 1958. Nela, expressou a possibilidade de os latifundiários apoiarem uma reforma agrária democrática, com divisão de terras devolutas e de fazendas abandonadas. Sobre as eleições de 1958 disse aceitar sua candidatura por qualquer partido, inclusive o Partido de Representação Popular, da tradição integralista. Segundo Prestes:

O PRP é um partido como qualquer outro, [...] Seria um anacronismo seu voltar à mística e aos símbolos do passado. O senhor Plínio Salgado certamente não retornará àqueles tempos, pois o fascismo está sepultado no mundo inteiro.²⁷

Em outra entrevista, no mês seguinte, o líder pecebista discorreu sobre sucessão presidencial, afirmando serem Osvaldo Aranha e Adhemar de Barros passíveis de receber o apoio do Partido, apesar das divergências com este último no passado.²⁸ E sobre a lei de greve discutida no Congresso e cujo projeto fora aprovado até por setores conservadores, declarou que este estava formulado de forma radical e, por isso, “[...] trabalhistas e comunistas se preocupam em incluir modificações que, excluindo o radicalismo, mantenham íntegro o direito de greve assegurado na Constituição.”²⁹

A comparação entre as posições de Prestes em 1958 e em 1945 é inevitável. O recurso ao abrandamento do discurso e rebaixamento da política do PCB é igual em ambos. Só que, agora, a crise interna enfraquecera o velho “Partidão” e o quadro ainda era confuso, com o afastamento de muitos “renovadores” que tinham posições semelhantes às da Declaração de

26 PRESTES, 29 mar. 1958

27 PRESTES, L. C. Entrevista à imprensa. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 27 mar. 1958.

28 Adhemar de Barros, eleito governador de São Paulo, com o apoio do PCB após o fim do Estado Novo, notabilizou-se pela repressão ao Partido durante seu governo. FALCÃO, F. J. *Os homens do passo certo: o pcb e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)*. 1. ed. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012. p. 90.

29 PRESTES, L. C. Entrevista à imprensa. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1958.

Março, e a permanência em postos de direção importantes de antigos dirigentes acusados de dogmatismo.³⁰

CONCLUSÃO

A “nova política” do PCB, inaugurada pela Declaração de Março, que para muitos analistas representava uma virada em direção a uma maior inserção do Partido na política do país, não superou as contradições das formulações anteriores. Se havia o mérito de ficar mais próximo de um Brasil real, ao reconhecer o processo de desenvolvimento capitalista do país, mesmo aí, permaneceu aferrado em uma análise baseada no dualismo estrutural: cidade = avanço/capitalismo x campo = atraso/feudalismo. Isso levou à manutenção da visão da revolução brasileira, jogando para as calendas a preparação do enfrentamento de classe dos trabalhadores contra o capital como objetivo estratégico e à incompreensão da situação agrária brasileira, rebaixando as reais reivindicações dos trabalhadores rurais em nome de uma “frente única” com setores do latifúndio. A Declaração não rompeu com o “seguidismo” em relação aos interesses soviéticos – agora sob a égide do kruschevismo –, assumindo, de forma confusa e sem maiores análises, a perspectiva da “revolução pacífica”.

O novo, no PCB, tinha mais uma vez, a aparência de um passado já visto. Além disso, a crise no PCB, resultante dos conflitos surgidos com as denúncias do Relatório Krushev no XX Congresso do PCUS, tinha deixado feridas expostas que a Declaração de Março não conseguiu cicatrizar. Nesse final dos anos 1950, colocavam-se novos problemas que exigiam definições para aqueles que se propunham a fazer uma política de acordo com os interesses da classe operária. Uma juventude ganha para a revolução pela radicalização dos processos políticos brasileiros e latino-americanos, em especial pela Revolução Cubana, e não influenciada pela tradição stalinista, iria buscar novas alternativas. Começaria, então, a ser questionada a longa hegemonia pecebista, dentro da esquerda brasileira. Esse, porém, é um assunto para ser discutido em outro trabalho.

30 Como exemplos dessa situação podem ser citados os nomes de João Amazonas e Maurício Grabois, membros do antigo “núcleo dirigente” do PCB e que, apesar de afastados de altos cargos no Partido, mantinham, no final da década de 1950, posições importantes na vida partidária. Amazonas passara a dirigir o Partido no Rio Grande do Sul e Grabois era o secretário político do Comitê Estadual do Rio de Janeiro.